

*The Economist II*

## Ainda o COP-15

SE ALGUMA coisa ficou clara durante os dias em Copenhague, é que os números relativos ao aquecimento do planeta passam longe de um consenso. Artigo publicado na edição de 2 de janeiro da revista *The Economist* abordou as diferentes visões das nações participantes sobre este tema, além de analisar quais os reais avanços obtidos na conferência.

Com tamanha variação de dados, o conceito de urgência em relação às medidas necessárias para manter o aquecimento do planeta em níveis seguros também ficou longe de um consenso. Quão urgentes seriam os cortes de emissões? Um número aceito por grande parte dos participantes é de que até 2050 os níveis de emissões de carbono e gases GEE devem ser cortados pela metade em relação a 1990. Para isso, se os países em desenvolvimento mantiverem suas emissões, seriam necessários cortes de 80% nas emissões dos países desenvolvidos.

Apesar de ambiciosa, a meta foi aceita pela maioria das nações desenvolvidas e esperava-se que os 80% até 2050 fossem estabelecidos no documento final da convenção. Misteriosamente, a meta desapareceu nos últimos momentos da conferência. Quando questionado sobre o motivo do sumiço, o representante para questões climáticas do governo sueco Lars-Erik Liljelund timidamente respondeu a China não gosta de números.

Apesar de não representar bem a postura chinesa na convenção, já que foram apresentados vários números relativos ao esforço desta nação, tal afirmação mostra o descontentamento de muitos em relação a este ponto. Mesmo tendo

elevado em mais de 50% o montante de energias renováveis em sua matriz nos últimos três anos, a China se mostrou resistente em aceitar qualquer número que pudesse ser encarado como meta, mesmo que não fosse aplicada a ela. Neste sentido, a delegação chinesa buscou deixar em aberto todas as questões relativas a reduções de emissões nos próximos anos, recheando de colchetes o texto negociador. E o peso de maior emissor do mundo parece ter dado poder suficiente para o cumprimento deste objetivo.

Há ainda vários boatos sobre como a delegação chinesa contribuiu para indefinição dos temas em discussão. O vazamento de um *draft* do governo dinamarquês que favoreceria os países ricos e causou grande mal-estar entre as delegações das nações em desenvolvimento, também é atribuído aos chineses.

Contudo, os chineses fizeram algumas concessões que surpreenderam positivamente as delegações presentes. A principal foi a aceitação de que as ações de mitigação dos países em desenvolvimento fossem mensuráveis, reportáveis e verificáveis por órgãos internacionais, o que agradou aos EUA e ao presidente Obama. A aprovação da lei climática norte-americana no Senado depende fundamentalmente que seja possível fiscalizar a promessa chinesa de reduzir em até 45% a proporção de carbono em relação ao produto do país até 2020.

Outros avanços importantes ocorreram durante a convenção. Foram discutidos mecanismos para transferência de tecnologias que permitam reduzir as emissões de países em desenvolvimento.

Os países ricos fizeram uma promessa de US\$ 10 bilhões anuais que seriam usados tanto para financiar os mecanismos de transferência tecnológica como para viabilizar os chamados mecanismos de Redd-plus<sup>1</sup>, utilizados na preservação das florestas. As transferências seriam realizadas por um fundo - Copenhagen Green Climate Fund - administrado pela ONU. Este seria um primeiro passo em direção aos US\$ 100 bilhões anuais que se esperam das nações ricas para os países pobres em 2020. Infelizmente os detalhes de como este dinheiro seria arrecadado e distribuído não foram definidos na conferência.

De forma geral, ao longo da conferência, decidiu-se pouco neste sentido. Ainda assim, mesmo após a partida dos líderes no dia 18 de dezembro, os quadros técnicos das delegações ainda prosseguiram na tentativa de produzir um documento com mais definições. Mesmo sob o protesto de algumas nações em desenvolvimento, notadamente de países africanos, foram formalizados alguns dos acordos que haviam sido estabelecidos pelos líderes nos dias anteriores. Dessa forma, produziu-se um documento que foi submetido aos países participantes. Estes deverão decidir se assinam ou não até o início de fevereiro.

O documento produzido traz vários avanços sobre como seriam criados e administrados os mecanismos de remuneração para nações em desenvolvimento por seus esforços de mitigação e preservação. Contudo, decidiu-se pouco sobre a forma como estes mecanismos seriam implementados. Este deve ser o tema predominante na conferência a ser realizada no México a partir de 29 de novembro de 2010.

Mesmo trazendo muitos avanços, percebe-se uma clara lacuna de números e metas no documento final da COP-15. Em algum momento as nações que as rejeitaram precisarão assumir compromissos claros para ações de mitigação. Espera-se que isso não ocorra tarde demais. ■

1. Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) com a adição de programas de conservação e manejo florestal.